



JARDIM SENSORIAL: A IMPLANTAÇÃO DE UM ESPAÇO NÃO FORMAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Carla Nunes Trevisan (ProfEPT/UFMT) – karlantrevisan@hotmail.com

Geison Jader Mello (ProfEPT/UFMT) – geison.mello@cba.ifmt.edu.br

GT 3 - EDUCAÇÃO E DIVERSIDADES CULTURAIS

Resumo:

O presente trabalho é um recorte do projeto de pesquisa em andamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Cuiabá, que aborda a utilização de jardins sensoriais como instrumentos de inclusão de pessoas com deficiência. A importância do contato humano com elementos naturais não é prioridade em projetos de ambientes educativos, distanciando assim os alunos da importante estimulação sensorial dispostas por: árvores, gramas, pedras, terra, areia, entre outros. O objetivo desta pesquisa é descrever a implantação de um Jardim sensorial na Escola Estadual Professora Maria Helena de Araujo Bastos no Município de Poconé-MT. Refere-se a uma proposta de pesquisa-ação, de natureza aplicada e abordagem qualitativa. Espera-se que a presente proposta possibilite explorar novos espaços de ensino, que auxilie o docente no atendimento ao aluno com deficiência, bem como, assegurar o acesso e a participação dos alunos da educação especial contribuindo assim, para uma formação humana mais democrática e integradora.

Palavras-chave: Plantas. Sentidos. Intelecto. Sensações.

1 Introdução

Com os avanços tecnológicos e a expansão urbana, o contato do homem com a natureza ficou cada vez mais escasso. Atualmente, são quase inexistentes os ambientes escolares que possuem em seu aspecto físico, um espaço destinado ao contato do aluno com a natureza. Elementos como: árvores; flores; gramas; pedras; entre outros, muito úteis para uma gama de ações pedagógicas, vêm sendo esquecidos durante o planejamento dos espaços escolares.

Quando retratamos o ambiente escolar para atendimento de alunos do Ensino Médio esta realidade se agrava, o cimento vai tomando espaço e elementos ligados à natureza vão sendo destruídos e esquecidos, como se não fossem fundamentais para o desenvolvimento integral humano.

O intento desta pesquisa surgiu a partir da experiência profissional da pesquisadora como professora em salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Onde

conviveu com alunos com as mais diversas deficiências, bem como, em sua trajetória profissional sempre fomentou os direitos da pessoa com deficiência e a inclusão escolar.

Perpassando um olhar sobre as iniciativas diversas sobre pesquisas em construções de Jardim Sensorial, no intuito de explorar os ambientes não formais de ensino, nos integramos nesta vertente. Ao abordar a estimulação sensorial dos alunos com deficiência e elementos da natureza, torna palpável o atendimento às diversidades compreendendo os sentidos inclusivos.

Ainda é pouco estimulado o contato do aluno com deficiência com elementos naturais como processo de ensino aprendizagem. Estes ambientes não são prioridade em projetos de ambientes educativos, distanciando assim os alunos da importante estimulação sensorial dispostas por: árvores, gramas, pedras, terra, areia, entre outros.

A construção do Jardim Sensorial na Escola Estadual Professora Maria Helena de Araujo Bastos, é uma ação pioneira visando a criação de um espaço informal educativo, que beneficia a inclusão de pessoas com deficiência, ao que se refere a sua estimulação sensorial.

O objetivo geral deste trabalho é descrever a implantação de um Jardim sensorial na Escola Estadual Professora Maria Helena de Araujo Bastos no Município de Poconé-MT.

Assim também, foram estabelecidos como objetivos específicos:

- Interpretar conteúdo teórico que permita refletir sobre a educação inclusiva no viés da educação especial em seu contexto histórico;
- Descrever o processo de implantação de um jardim sensorial na Escola Estadual Professora Maria Helena de Araujo Bastos.

Nesse contexto, o presente artigo apresenta um breve histórico sobre as pessoas com deficiência; por conseguinte, aborda os Jardins Sensoriais em uma perspectiva de educação inclusiva; logo, retrata a metodologia utilizada neste texto; em seguida, traz os resultados e discussões.

2 Referencial teórico

Essa seção apresenta o referencial teórico dividido em subitens: 2.1. Breve histórico sobre as pessoas com deficiência; 2.2. Os Jardins Sensoriais em uma perspectiva de educação inclusiva.

2.1 Breve histórico sobre as pessoas com deficiência

Buscamos historicamente desmistificar a visão imposta pela sociedade, sobre a pessoa com deficiência. Ao longo da História da Humanidade e da evolução das ciências humanas, exatas e sociais começou-se a dar um novo enfoque aos termos e classificações de normalidade e anormalidade.

Segundo dispõe Fonseca (2000), mesmo na antiguidade e entre os povos primitivos, o trato aos sujeitos com deficiência somente se fez sob duas perspectivas, a saber: ou eram exterminados ainda quando muito pequenos por serem considerados grandes empecilhos para a sobrevivência de todo o grupo (o que aconteceu em meio aos primeiros homens e em civilizações como Roma e Grécia) ou eram protegidos e mantidos para buscar simpatia com os deuses, pois acreditava-se que os deficientes possuíam uma relação direta com estes (o que ocorreu no Egito).

Alves (1992), observando algumas civilizações pontuamos algumas ações realizadas com pessoas com deficiências: os Astecas segregavam seus portadores de deficiência em locais como jardins zoológicos; os Hebreus acreditavam que as deficiências eram punição divina devido a pecados e os segregavam; os egípcios havia uma consciência humana que os levavam a permitir ocupações na sociedade, inclusive em manifestações artísticas; os Gregos foi observado um sistema normativo pioneiro que cuidava dos carentes e inválidos e há indícios de que esses eram inseridos na produção grega.

O quadro aos poucos vem mudando nas últimas décadas, pois muitas leis, em especial no Brasil, tentam de forma paliativa inserir estes indivíduos no meio social por intermédio da garantia à educação e ao trabalho (BENVENHO, 2014).

Gramsci (2008) aborda quanto à racionalização do trabalho, é possível observar que a pessoa com deficiência não se enquadra nesta divisão, pois não têm valor social e condições de produzir satisfatoriamente, somente na perspectiva de superação de tendências e práticas de exclusão é que se pode, de fato, compreender como a sociedade capitalista legitima modelos e padrões a serem seguidos, e aqueles que não se adéquam são colocados à margem da sociedade.

Bettiol (2019), destaca a educação inclusiva como uma atividade cotidiana e como prática contínua docente. Ainda ressalta “... pois ela possibilita a aprendizagem concreta a todos os alunos, considerando suas especificidades de aprendizagem”. Mediante a isso se faz latente o ensejo de maximizarmos nossas práticas para ambientes educativos

inclusivos, espaços de aprendizagem adaptados ao atendimento de pessoas com deficiência, bem como, repensar as práticas educativas para além da sala de aula.

As escolas podem ser gaiolas ou espaços que possibilitem voos, como disse Rubem Alves (2001), assim os paradigmas educacionais libertários possuem a prerrogativa de promover a inclusão rompendo barreiras históricas, arquitetônicas, humanas e sociais de exclusão e desumanização, onde rótulos e classificações sejam substituídos por dignidade e promoção da diversidade como base do sistema educacional, conforme pontuam Santos e Teles: (2012, p. 82):

[...] uma escola que se intitula inclusiva, deve integrar-se à comunidade como também apresentar um bom padrão em prestação de serviço, criar em seus docentes um sério sentimento de colaboração e cooperação com a instituição. Sempre adotar uma pedagogia de corresponsabilidade entre profissionais nas diversas instâncias educativas, criando assim um sistema interdisciplinar que venha a favorecer a aprendizagem dos alunos envolvidos neste processo. (SANTOS; TELES, 2012, p. 82):

A visão docente hoje não mais se restringe a um planejamento único, repensar sua prática em uma perspectiva flexibilizada é de suma importância. Bem como, deve-se prever ações inclusivas para que todos os alunos possam conseguir executar as atividades propostas com as mesmas condições.

Pesquisando sobre o percurso histórico do atendimento destinado às pessoas com deficiência observa-se que houve avanços significativos nesta modalidade de ensino. Torna-se cada vez mais imprescindível pregar a necessidade de reestruturar a sistemática educacional e, assim, promover uma educação verdadeiramente de qualidade para todos (MENDES, 2002).

2.2. Os Jardins Sensoriais em uma perspectiva de educação inclusiva

Incluir pessoas com deficiência em escolas regulares e em espaços que possam desfrutar, sem que para isso sofram constrangimentos ainda é um desafio constante enfrentado por todos os atores deste processo.

Conhecer o aluno, sua deficiência, abrir um diálogo com a família e buscar adaptações para tornar o processo educativo coeso às suas potencialidades é uma alternativa possível a todas as realidades. É preciso que se tenha um planejamento do ambiente e, principalmente, que se tenha uma intervenção pedagógica para que essas práticas inclusivas sejam construídas e respeitadas. (SANTOS; TELES, 2012, p. 85)

Ao se pensar em um jardim sensorial como um espaço que promova a educação inclusiva, imagina-se um ambiente de harmonia com o meio ambiente calmo e que estimula os sentidos.

O Jardim Sensorial, segundo Borges e Paiva (2009) se caracteriza como um espaço construído que proporciona ao sujeito ir além da observação do ambiente, de experimentá-lo com novas sensações e de forma mais completa, a fim de se estimular os cinco sentidos humanos: o tato, o olfato, a visão, a audição e o paladar. O contato do homem com a natureza é relatado desde a antiguidade até os tempos atuais, com inúmeras destinações e funções ambientais dos vegetais no cotidiano humano: alimentação, produção de remédios, combustível, aromatização, ornamentação, confecção de artesanatos, dentre outros (CASSAS, 2016)

Um ambiente educativo não formal que propicie inclusão por meio de contato com elementos da natureza, e ao mesmo tempo sinestésica que estimule ao máximo os cinco sentidos (tato, visão, olfato, paladar e audição), tendo na ciência da neurofisiologia balizada no processo de ensino-aprendizagem, torna a inclusão real e palpável, ao se construir esse jardim sensorial, (ALMEIDA et al.,2017).

Nessa percepção, Borges e Paiva (2009), abordam que jardins sensoriais pode ser fonte de trabalhos educativos e recreativos, por meio da exploração dos sentidos do corpo humano, e já estão presentes em diversas cidades do mundo todo, especialmente em áreas abertas ao público, como universidades, praças, jardins botânicos e escolas.

Osório, 2018, destaca que uma das tarefas mais importante dos jardins é atingir os cinco sentidos, proporcionando vivências exploratórias sensoriais indispensáveis para o desenvolvimento humano.

Como especifica Bettiol (2019):

Tato (residente nos terminais nervosos da pele); ao se tocar nas folhas de uma planta ou caminhar descalço sobre a terra; Olfato (residente na glândula pituitária, dentro do nariz); ao sentir o perfume das flores e o aroma da floresta; Visão (residente nos olhos); ao contemplar o quadro formado por um belo jardim, com suas cores e formas variadas; Audição (residente no ouvido); ao ouvir o som produzido pelo vento nas árvores, ou ruído da água fluindo por uma cascata; Paladar (residente nas papilas gustativas na língua): ao saborear um fruto.(BETTIOL, 2019,p17.)

Se embasando em um cunho construtivista o jardim sensorial se traduz como um espaço não formal de ensino, onde os alunos podem desenvolver um processo de aprendizagem agradável, do qual participam ativamente e os conteúdos formais são apresentados em um ambiente descontraído, tornando cada um deles um ser participativo no processo de aprendizagem. Concomitantemente, essa experiência sensorial estimula a

curiosidade, um fator imprescindível ao ato de apreender conhecimentos (BORGES; PAIVA, 2009).

Os Jardins Sensoriais em uma perspectiva de educação inclusiva são tidos por um arcabouço bibliográfico como um importante aliado para a Educação Inclusiva. Este ambiente estimula os sentidos que podem estar adormecidos, não sendo de uso exclusivo para pessoas com necessidades especiais e/ou que estão em fase de reabilitação, mas uma ferramenta de inclusão, educação e participação social de pessoas com diversos tipos de necessidades, além da possibilidade de simular diversos ambientes encontrados em ecossistemas naturais (ELY et al., 2006).

A exploração dos sentidos do corpo humano pela percepção das texturas através do tato, das cores pela visão, os aromas com o olfato, os sons pela audição e paladar pela prova de algumas raízes e folhas é usada por possibilitar aos estudantes explorarem e assimilarem conceitos como reconhecimento da espécie, ecologia e uso adequado, além de sensibilizá-los em relação à conservação ambiental (HOEFEL et al. 2011).

3 Metodologia

A natureza da pesquisa caracteriza-se como aplicada, em que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Apresenta interesse prático, estando assim associada ao desenvolvimento e à construção de um Jardim Sensorial, criado a partir de um embasamento teórico e metodológico, da coleta e análise de dados apropriados.

Para Gil (2008, p. 27) a pesquisa aplicada “está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata em uma realidade circunstancial”. Mediante isso, concomitante à construção do conhecimento referente ao foco do estudo, houve também a aplicação prática deste conhecimento (GIL, 2008).

Para tanto, quanto à abordagem, se embasa em pesquisa qualitativa, conforme Godoy (1995) os estudos de cunho qualitativo valorizam o contato do pesquisador com a situação e o ambiente, preocupam-se com os processos e não somente com os resultados, além de “[...] compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva do participante [...]” (GODOY, 1995, p.63). Visto que, se preocupa com os fenômenos da realidade que não podem ser quantificados, buscando explicações na dinâmica das relações sociais.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória e descritiva (GIL, 2008). A fase exploratória consistirá na análise bibliográfica e documental, tendo o enfoque na educação Básica.

Na fase descritiva, será realizado um estudo mais detalhado, com levantamento, análise e interpretação de dados, de forma a possibilitar uma compreensão mais aprofundada sobre o tema e a elaboração do Produto Educacional. Gil (2008) entende que estas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos, este trabalho será dividido em pesquisa bibliográfica e documental, “aqueles que se valem de fontes de papel” e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas” (GIL, 2002, p. 43), e pesquisa ação.

A ferramenta metodológica denominada pesquisa-ação, considerando o entendimento de Thiollent (2004, p. 20), que a conceitua como pesquisa formulada objetivando a “resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Barbier (2002, p. 14), por sua vez, afirma que na pesquisa-ação o pesquisador descobre que “não se trabalha sobre os outros, mas e sempre com os outros”. Chegando à construção de um Jardim sensorial como um espaço não formal de educação inclusiva.

4 Resultados e Discussões

Nesta seção descreveremos a implantação de um Jardim sensorial na Escola Estadual Professora Maria Helena de Araujo Bastos no Município de Poconé-MT.

Ela foi dividida em duas partes: Interpretação de conteúdos teóricos sobre a educação inclusiva no viés da educação especial em seu contexto histórico e a descrição do processo de implantação de um jardim sensorial na Escola Estadual Professora Maria Helena de Araujo Bastos.

4.1 Interpretação de conteúdos teóricos sobre a educação inclusiva no viés da educação especial em seu contexto histórico

A partir de uma análise descritiva e interpretativa buscamos ressaltar os pontos principais dos conteúdos pesquisados sobre a educação inclusiva no viés da educação especial em seu contexto histórico.

Em consonância com todos os levantamentos históricos realizados nesta pesquisa foi possível identificar que as pessoas com deficiências eram marginalizadas socialmente, aos quais eram negadas condições básicas, essenciais e dignas à sua constituição enquanto seres humanos.

Segundo dispõe Fonseca (2000), mesmo em períodos remotos da história, onde habitavam povos primitivos, existiam duas formas principais de tratamento às pessoas com deficiência, sendo elas, o extermínio ao nascer, ou em idade muito tenra, pois eram consideradas inúteis por aquele que as recebiam, e prejudicam até a sobrevivência do grupo, ou eram cuidadas como meio de buscar empatia com os Deuses, pois estes povos acreditavam que pessoas com deficiência possuíam uma ligação imaterial com os seres superiores.

Neste contexto Alves (1992), ponderar acerca dos Astecas; Hebreus; e os Gregos buscando assim valorizar cada Cultura e a sua evolução com o tempo. É possível observar que as concepções que permearam as sociedades no decorrer do tempo quanto à questão da deficiência apresenta uma evolução, cada uma em seu contexto social e cultural.

Contudo é semelhante os processos evolutivos vivenciados em cada realidade, a história humana é fruto de contatos, vivências que se assemelham e passam a levar como exemplo alguns preceitos que podem ser tidos de diversas formas, sendo eles: bons; ruins; justos; injustos ou distintos.

Benvenho, (2014) um autor destacado no referencial teórico desta pesquisa ressalta que, a deficiência em si abrange diversos conceitos, conceitos que vão ser respeitados ou não, criticados, ignorados, mantidos, isso varia de acordo com o seu povo, cultura e tempo de adaptação. Levando em conta cada época, contexto histórico, social, econômico e até político. Nas últimas décadas há uma latente mudança deste cenário, pois algumas leis foram criadas, com isso há uma emergencial mudança de postura e cenário para assim buscar outros aspectos de garantia de direitos da pessoa com deficiência.

Bettiol (2019), Rubem Alves (2001), Santos e Teles (2012) destacam a educação inclusiva, e da interação do ser humano com suas diferenças, bem como, a necessidade de todos terem direitos educacionais garantidos.

Cotidianamente convivemos em sociedades cheias de diferenças, que nos completam como um todo. Com essa linha de raciocínio é possível ter a visão da necessidade docente de estar alinhado às abordagens adequadas à diversidade de público que terão que atender garantindo direitos, acesso e permanência conforme previsto em lei.

Gramsci (2008) e Mendes (2002) finalizam o embasamento teórico ressaltando a necessidade da luta em prol do direito da pessoa com deficiência, e de todos os oprimidos do sistema capitalista de ensino. Tornando evidente a necessidade de uma reestruturação do sistema educacional Brasileiro, assim, promover buscar dirimir os erros do passado e evitar a segregação daqueles que têm direitos, porém em muitos momentos por diversos fatores, lhes são negados, demonstrando que ainda é necessário estarmos atentos e engajados por uma educação verdadeiramente de qualidade para todos.

4.2 Descrição do processo de implantação de um jardim sensorial na Escola Estadual Professora Maria Helena de Araujo Bastos.

O Jardim sensorial está em fase final de implantação, a escola que foi contemplada com este espaço é a Escola Estadual Professora Maria Helena de Araujo Bastos, que está situada na rua São João Del Rey, Nº 688, bairro Jurumirim. Possui uma área total construída de 976,66 m², e se encontra extremamente próxima ao início da zona rural do município, onde apresenta características físicas e ambientais propícias para a construção do Jardim Sensorial.

A escolha destas unidades para realização da pesquisa se deu por que se trata de unidades em que a pesquisadora possui familiaridade e acesso constante, bem como, pelo acolhimento, disponibilidade e interesse da direção das instituições pelo enfoque que a pesquisa apresenta.

Com o intuito de apresentar o processo da construção do jardim sensorial, faremos em duas etapas: escolha do local e material de construção; organização das mudas e plantio. Passamos agora a descrevê-las.

a) Escolha do local e material de construção:

Para realizar a escolha do local onde seria construído o Jardim Sensorial, se pensou em diversas potencialidades, dentre elas : Proximidade da Sala de Atendimento educacional especializado; acesso a água; reaproveitamento de 2 bananeiras que já haviam no local; valorização visual do local e acesso facilitado a todos.

Imagem 1- Escolha e limpeza do local de construção do Jardim sensorial.



Fonte: Acervo da autora.

Para a execução da obra foram usados: Meio metro de areia; meio metro de brita; 04 bolsas de cimento; 03 barras de ferro de 5/8; 230 tijolos de 08 furos; 100 tijolinhos de barro; 05 Sacos de terra preta; 02 metros quadrados de Grama.

Imagem -2 Início da construção do canteiro.



Fonte: Acervo da autora.

Para a aquisição dos materiais utilizados para a implantação do jardim foi viabilizado a verba enviada pelo governo federal, a partir do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Já a mão de obra foi realizada pelo esposo da pesquisadora, que forneceu sua força de trabalho, como também, participou do processo de separação de mudas e plantio das mesmas.

b) Organização das mudas e plantio:

No Brasil iniciativas como estas são inéditas, existem poucos jardins sensoriais distribuídos em nosso país, o que nos deixa com poucas fontes de pesquisa, de quais são as vegetações mais adequadas. Camacho (2013) em sua proposta destacou plantas medicinais, aromáticas, hortaliças, suculentas, algumas árvores, para utilizar os frutos, entre outras. Relatou também o uso de boldo, orégano, manjeriço, hortelã, azaleia, girassol, agerato, amarílis e maria – sem- vergonha, usadas para a roda de sensações, utilizando cinco plantas aromáticas e cinco ornamentais (CAMACHO et. al., 2013).

Fomos buscar outras experiências de sucesso para embasar nossas escolhas, como o Jardim Sensorial construído na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT na capital do estado.

Desta forma, estão sendo plantadas no Jardim Sensorial da Escola Estadual Professora Maria Helena de Araujo Bastos as seguintes mudas: hortelã (*Mentha* sp), melissa (*Melissa officinalis* L.), manjeriço (*Ocinum basilicum*), flor crista de galo (*Celosia argentea*), lavanda (*Lavandula* sp), poejo (*Mentha pulegium*), orégano (*Origanum vulgare*), sálvia (*Salvia officinalis*), dama da noite (*Cestrum nocturnum*), cactos diversos, manjerona (*Origanum majorana* L.), cravina (*Dianthus chinensis*), maria-sem - vergonha (*Impatiens walleriana*), arruda (*Ruta graveolens*), capim-limão (*Cymbopogon citratus*), catinga de mulata (*Tanacetum vulgare*).

Imagem -3 Canteiro finalizado para início do plantio.



Fonte: Acervo da autora.

Algumas mudas plantadas foram compradas, assim como, adubos específicos para o cuidado de alguns tipos de vegetação, outras mudas foram doadas pela comunidade escolar.

5 Considerações finais

A implantação de um Jardim sensorial na Escola Estadual Professora Maria Helena de Araujo Bastos no Município de Poconé-MT, está sendo uma ação inovadora no contexto educacional do município, principalmente ao que se refere à inclusão escolar, o objetivo central de atendimento deste espaço.

O trabalho desenvolvido em um jardim sensorial traz benefícios diversos para quem o utiliza, se demonstra eficaz para ações em pessoas com deficiência, se torna um instrumento inclusivo a ser explorado pelo corpo docente da unidade escolar, bem como, ser um espaço de inspiração para outras unidades de ensino.

A construção de um espaço não formal que visa a educação em um contexto inclusivo é a busca de dirimir os muitos fatores de exclusão que as pessoas com deficiência já perpassam em sua vida. Com isso, é propiciado a este aluno um contato com elementos naturais, que amplia seu processo de estímulos educativos, tornando real a busca pela inclusão no meio educacional, estimulando seu aprendizado partindo de uma ênfase sensorial.

O intuito com a disseminação das práticas inclusivas é buscar dirimir a segregação histórica vivida pelos alunos da educação especial. Este processo não é consolidado somente por leis, decretos, convenções; mais sim um paradigma que deve sair da dimensão documental para exercer sua prática nas vivências no ambiente escolar.

Referências

ALMEIDA, G. de R. et al. Biodiversidade e botânica: educação ambiental por meio de um jardim sensorial. In : Conecte - se! Revista Interdisciplinar de Extensão. V. 1. Nº 1. Belo Horizonte, 2017. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/16168>Acesso em: 12 de jul. de 2021.

ALVES, R. V. Deficiente Físico – Novas dimensões da proteção ao trabalhador. São Paulo: Ltr, 1992.

ALVES, R. A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir. 11. ed. Campinas: Papirus, 2001.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BETTIOL, Flavia Karolina Pereira Barreto; MANSILLA, Débora E. Pedrotti. O Jardim Sensorial como espaço de aprendizagem para o ensino de ciências naturais e biologia. In: XI Mostra da Pós-Graduação. 2019.

BORGES, T.A.; PAIVA, S.R. Utilização de Jardim Sensorial como recurso didático. Revista Metáfora Educacional.n.7. p. 27-32. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394. Acesso em: 04 jun. 2021.

_____. Resolução CNS, nº 466, 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://conselho.saúde.gov.br/resoluções/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CASSAS, F., SILVA, D. S., BARROS C., REIS N. F. C., RODRIGUES E. Canteiros de plantas medicinais, condimentares e tóxicas como ferramenta de promoção à saúde no jardim botânico de Diadema, SP, Brasil. Revista Ciência Ext. v.12, n.2, p.37-46, 2016.

CASTRO, E. A.; COELHO, V.; SOARES, R.; SOUSA, L. K. S.; PEQUENO, J. O. M.; MOREIRA, J. R. Ensino híbrido: desafio da contemporaneidade? Periódico Científico Projeção e Docência | v.6, n.2, 2015.

CHEDID, K. Neurociência e aprendizagem: além dos cinco sentidos. 2016. Disponível em: <https://site.geekie.com.br/blog/neurociencia-e-aprendizagem/>. Acesso em: 25 de jun. de 2021

COELHO, R. Do direito ao trabalho. In: SETUBAL, Joyce Marquezim; FAYAN, Regiane Alves Costa (Orgs.). Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência comentada. Campinas: Fundação FEAC, 2016, p. 89-134.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ELY, V. H. M. B.; DORNELES, V. G.; WAN-DALL JUNIOR, O. A.; ZOZOLLI, A.; SOUZA, J. C. Jardim universal: espaço público para todos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ERGONOMIA. Anais do Congresso Brasileiro de Ergonomia. Curitiba: ABERGO, 2006.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.). Métodos de pesquisa. Coordenado pela UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 05 jul. 2021.

- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIMENES, A. M. BENVENHO, S. H. A Inclusão do Deficiente no Mercado de Trabalho. *Múltiplo Saber*, v. 1, p. 1-15, 2011. https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_12_1295382099.pdf Acesso em: 25 de jun. de 2021.
- GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.
- HARTLEY, J. Case study research. In. Catherine Cassel e Gilian Symon (Eds.), *Essential guide to qualitative methods in organizational research*. London: Sage, 2004.
- HILL, C. E.; THOMPSON, B. J.; WILLIAMS, E. N. A guide to conducting consensual qualitative research. *The counseling psychologist*, v. 25, n. 4, p. 517-572, 1997.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- HOEFEL, J.L.M.; GONÇALVES, N.M.; FADINI, A.A.B. Caminhadas interpretativas e conhecimento popular sobre plantas medicinais como forma de Educação Ambiental. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.5, n.1, jan/abr-2011, pp.119-136.
- MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. *Escola inclusiva*. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p. 261-272. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2921>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- RODRIGUES B.B et al, Aprendendo com o imprevisível: saúde mental dos universitários e educação médica na pandemia de Covid-19. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 44 (sup.1): e0149, 2020.
- SANTOS, A. R. dos; TELES, M. M.. Declaração de Salamanca e educação inclusiva. *Simpósio Educação e Comunicação*, v. 3, p. 77-87, 2012. https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/cintedi/2020/TRABALHO_EV137_MD7_SA100_ID1140_04112020224014.pdf. Acesso em: 08 de jul. de 2021.
- SCHÄFER, M. B. Digitalização de documentos: implicações no acesso às informações arquivísticas. 2013. 180 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2013.
- SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo:Exemplo De Aplicação Da Técnica Para Análise De Dados Qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica*, Campina Grande: PB, Vol.17. No 1, P.1-14,2015. <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>. Acesso em: 25 de jun. de 2021.
- SOUSA, S. Z. L.; PRIETO, R. G. A educação especial. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Thereza (Orgs.). *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. São Paulo: Xamã, 2002. p.123-136.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. 17^a. ed. São Paulo: Cortez, 2004.